ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

Sessão Extraordinária - de 20/10/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Excelentíssimos Deputados da Assembleia Municipal,

Excelentíssimos Senhores Convidados, Autarcas, Forças de Segurança, e de Instituições Públicas, Sociais e do Movimento Associativo

Excelentíssimos Senhores da Comunicação Social,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O dia de aniversário da nossa cidade é motivo para um momento de reflexão sobre o caminho percorrido, o presente e o futuro que cada um de nós é responsável por construir, agindo no presente face à realidade.

Numa pequena nota histórica, cabe salientar a resistência dos povos serranos à ocupação romana, personificada na figura de Viriato. Segundo os registos que chegaram até nós, não foi fácil aos romanos dominar estas gentes: a subjugação da serra ficou, mais de uma vez, dependente da traição de alguns dos seus dirigentes. Viriato permaneceu nas terras de Viseu como símbolo do dirigente que nunca aceitou nem se submeteu ao domínio de outros povos.

A sua memória recorda-nos que a liberdade de um povo raramente se conquista de uma só vez — e que a maior ameaça nem sempre vem de fora.

Esta é uma lição que atravessa os séculos. Também hoje a soberania e o interesse comum se defendem com lucidez e com responsabilidade, e não com cedências sucessivas. A História ensina-nos que o povo português encontrou sempre os meios e as formas de seguir o seu próprio caminho.

Como recordam os textos que contam a história da nossa terra, “ a Covilhã tornou-se, desde a Antiguidade, num ponto de cruzamento de estradas

e caminhos. Foi conquistada e reconquistada várias vezes, chegando os mouros a destruí-la quase por completo. “Foi este clima de constante instabilidade militar e de invasões que forçou as populações locais a organizarem-se para defender o território, lançando as bases para a fundação do próprio município.

Até ao final do reinado de D. Sancho II, a vila da Covilhã viveu o espírito da Reconquista. A tradição local diz que foi capital do reino nesse tempo e que, por várias vezes, o rei aqui se instalou com a corte.

Terminada a Reconquista, as gentes da Covilhã passaram a organizar-se economicamente.

Continuam os relatos históricos a afirmar que a “Carta de Foral à Covilhã, concedida por D. Sancho I, em setembro de 1186, vem confirmar a sua importância como posto fronteiriço”. Segundo Alexandre Herculano, foi para se poderem organizar e defender que as gentes da Covilhã criaram o seu próprio município. Os limites do alfoz (do concelho) incluíam Castelo Branco e iam até ao Tejo, às Portas de Ródão.

Esta descrição confirma que a guerra contra os mouros também passou por aqui. E veja-se o que se passa hoje na Ucrânia, na Palestina, no Irão e em tantos outros países: conflitos e guerras, causa da migração de milhares de seres humanos que procuram a paz e uma oportunidade para recomeçarem projetos de vida.

Se a História nos mostra coragem, mostra-nos igualmente o preço da intolerância. A ambição territorial e a vontade de impor uma só fé produziram, ao longo dos séculos, guerras, expulsões e sofrimento. E o fundamentalismo religioso e os nacionalismos exacerbados continuam hoje a dividir povos e a servir de justificação ao injustificável: a violência e a morte de outros seres

humanos.

A lição que as gentes desta terra nos deixam é simples: a liberdade defende-se com firmeza, mas constrói-se com respeito pelos outros. Foi assim que esta vila se ergueu — primeiro resistindo, depois trabalhando.

E o povo organizou-se desenvolvendo a agricultura, a floresta e a pastorícia e, aproveitando a lã da ovelha, foi acentuando a sua vertente de produção de tecidos.

Envolvidos nos Descobrimentos pelo senhor da Covilhã, o Infante D. Henrique, participámos pagando impostos e mobilizando recursos humanos.

Relevam, para nós, aqueles que contribuíram para o conhecimento e o bem-estar do ser humano, deixando de lado todos os que contribuíram para o domínio, a opressão e a exploração de outros povos.

Como factos de grande significado, saliente-se a criação da Real Fábrica de Panos, fundada por D. José I em 26 de junho de 1764, que deu impulso à indústria de lanifícios, e a criação da Escola Industrial, por decreto de 20 de dezembro de 1864. Seis anos depois, a Covilhã é elevada a cidade, em 20 de outubro de 1870, por decreto do rei D. Luís.

Mas será que a fundação e o aperfeiçoamento de tantos e tão importantes estabelecimentos fabris se traduziram em melhoria da qualidade de vida das populações? Para a maioria, não!

Como escreveu Ferreira de Castro em A Lã e a Neve: ”os homens passavam os dias e as noites dentro das fábricas, só saindo aos domingos,

para esquecer o cárcere. Já não viam as ovelhas, nem ouviam o melancólico tanger dos seus chocalhos nos pendores da serra, ao crepúsculo; viam apenas a sua lã, lã que eles desenrugavam, que eles lavavam, cardavam, penteavam, fiavam e teciam, lã por toda a parte;

A prosperidade de que todo o país falava tinha outro lado: a riqueza

acumulava-se de uma parte, e a vida dura ficava da outra.

Não vivi esses anos. Sei o que foram pelas histórias de quem os viveu, na cidade e nas freguesias do concelho: os dias inteiros dentro das fábricas, os salários baixos, o trabalho de crianças e adolescentes, a falta de direitos e a emigração como única saída. Foi essa vida que a liberdade de 1974 veio alterar. E é por isso que a celebramos — não como uma data de calendário, mas como o momento em que quem trabalhava passou a ter voz.

A exploração existia na agricultura, onde se trabalhava do nascer ao pôr do sol, e nas fábricas, com jornadas longas e salários baixos. Na fuga à miséria, muitos procuraram nas fábricas a sua emancipação e ficaram prisioneiros delas, como afirma Ferreira de Castro, continuando a ter vidas de miséria.

Muitos se lembram do que significou, para a melhoria da condição de vida dos trabalhadores, a implementação do salário mínimo de três mil e trezentos escudos, em maio de 1974 — só possível depois do 25 de Abril.

Ao longo dos anos da democracia, com a implantação do poder local, muito se melhorou na qualidade de vida das populações, com a implementação de serviços públicos e a criação de infraestruturas de abastecimento de água, eletricidade, saneamento e rede viária.

É indiscutível a importância da Universidade da Beira Interior e do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira no desenvolvimento e na vida da cidade.

Quanto aos parques industriais, enquanto infraestruturas de apoio à instalação de empresas e à criação de emprego, há potencialidades e espaço para crescerem, mas é necessário diversificar a sua localização no concelho.

Apesar da Ação Social Escolar ser uma competência do Ministério da Educação, nada impede o município de apoiar alunos do concelho. Hoje o

município atribui 10 bolsas de estudo; porém, há municípios da área da Grande Lisboa que atribuem mais de mil.

Nos últimos anos, muitos serviços públicos foram encerrados ou degradados, num processo de privatização que prejudica as populações, a economia local e o interesse do país, nomeadamente:
— os CTT, com o encerramento de estações;
— o apoio à infância, com a privatização dos jardins de infância da Segurança Social, exigindo-se hoje a criação de uma Rede Municipal de Creches;
— a educação, com a falta de investimento na requalificação das escolas — temos de dar resposta ao crescimento do número de alunos;
— a saúde, com o encerramento de extensões de saúde e o aparecimento da indústria privada da doença, que explora as fragilidades do Serviço Nacional de Saúde.
E, apesar do aumento do número de crianças em situação de pobreza, o executivo tem sido insensível ao cumprimento das suas obrigações legais no pagamento dos auxílios económicos — um direito das crianças.
Na área dos transportes públicos, temos de acabar com a discriminação existente no nosso concelho. A existência de duas entidades gestoras tem-se traduzido num serviço que não serve a cidade nem as populações. Os horários estão desajustados, os atrasos são constantes e, ao longo dos anos, o investimento tem sido diferenciado, penalizando sobretudo as populações rurais. É inadmissível e socialmente insustentável existirem no concelho passes de 38 € para quem vive na Grande Covilhã e passes de mais de 100 € para quem vive nas freguesias rurais. Vamos esperar que a Câmara e a CIM concretizem, em janeiro de 2027, o passe único de 30 €, gratuito para os maiores de 65 anos, em todo o concelho e região.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

Sessão Extraordinária - de 20/10/2026

É nos salários baixos que nos diferenciamos do país e da região. Temos uma média mensal salarial inferior à do país, à do Fundão e à de Castelo Branco. Esta situação não atrai mão de obra qualificada nem fixa população.
Na habitação acessível estamos em grande dificuldade. De acordo com os Censos de 2021, temos mais 132 casas para habitação familiar. Com o aumento do número de alunos na UBI e o aumento de população, é natural que se verifiquem dificuldades. E os investimentos municipais no âmbito do PRR, que agora termina, para a construção de habitação a preços acessíveis, ficaram muito longe do que necessitamos.

Temos um movimento associativo na área social, desportiva e cultural que continua com vitalidade. Contudo, o apoio às IPSS continua a ser pontual e não existe qualquer plano de desenvolvimento desportivo.
Temos de investir na manutenção e requalificação de infraestruturas básicas no âmbito da rede viária, dos equipamentos públicos e dos espaços públicos.
Defendemos, para o futuro da nossa cidade e do nosso concelho, uma política de desenvolvimento que tenha por base:
— a revitalização do tecido industrial, imprescindível à saúde económica e social do concelho;
— uma prática agrícola modernizada e sustentável, garante do desenvolvimento económico e social do concelho;
— a educação e a investigação promovidas na UBI, a saúde liderada pelo Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira e a indústria têxtil baseada na inovação;
— o investimento de base tecnológica, indissociável do desenvolvimento do concelho;

— o património e o turismo, planeados e desenvolvidos à escala de todas as potencialidades do concelho e da região.

Políticas que promovem o nosso desenvolvimento e o nosso bem-estar

— e a felicidade que procuramos no lugar onde vivemos.

Viva a Cidade da Covilhã!